

# CONFERÊNCIA

---

## DOUTRINAS ECONÔMICAS E HISTÓRIA ECONÔMICA (\*).

---

O curso de História das Doutrinas Econômicas pelo qual, vós, estudantes do Departamento de História, optastes, versará sobre a evolução geral das principais doutrinas econômicas, a partir da Antigüidade até os nossos dias.

O que é uma doutrina Econômica, e qual o interesse apresentado pelo seu estudo, êsses os primeiros pontos a examinar.

Verificaremos que as doutrinas econômicas não podem constituir objeto de um estudo isolado. Por sua natureza mesma, quer para sua compreensão quer para servir como elemento explicativo de uma época, exigem um estudo de conjunto em particular com a teoria econômica que elas utilizam e também inspiram, e com a história econômica à qual estão intimamente ligadas.

Da teoria econômica, não trataremos senão o indispensável para a exata interpretação das doutrinas. E, levando em consideração as preocupações atuais de vossos estudos históricos, insistiremos mais sobre a história econômica.

\*

Uma doutrina econômica é ao mesmo tempo um projeto de organização econômica de uma sociedade e uma interpretação da atividade econômica de uma época.

Destaquemos desde já o que distingue a doutrina da ciência.

A ciência visa a explicação dos fenômenos econômicos. Para isso observa, analisa, levanta hipóteses e as verifica em confronto com os fatos. São operações que se desenvolvem em um ambiente de objetividade, de "indiferença", de neutralidade e de amoralidade científicas.

---

(\*). — Texto da aula inaugural do Curso de Doutrinas Econômicas ministrado êste ano pelo Prof. Paul Hugon aos alunos do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (*Nota da Redação*).

A doutrina, para realizar a organização econômica que considera a melhor, propõe diretrizes à política econômica. É *a priori* que o autor fixa o fim que espera atingir e para elaborar a doutrina ajustada a esse fim vai buscar seus argumentos nas mais variadas fontes da sociologia, da história, da política, da religião, da geografia e da economia. Numa doutrina há idéias morais, posições filosóficas e políticas e atitudes psicológicas; há, também, subjacentes, interesses individuais, interesses de classes ou de nações.

Por sua natureza a doutrina, é, pois, uma síntese de idéias pertencentes aos domínios mais diversos. Por isso a organização e a interpretação econômicas que propõe se encontram ligadas a numerosas disciplinas, cada uma trazendo sua *éclairage* própria.

E forjadas à *la dure école des siècles*, as doutrinas estão carregadas não só de idéias mas também de sentimentos. São gritos de dor e de esperança. São, sobretudo, mensagens que “os homens de boa vontade” se transmitem de geração em geração nessa luta incessante contra a avareza da natureza e o egoísmo dos seus semelhantes; mensagens que permanecem nessa “alma” que cada civilização deixa após si para que se elabore o progresso da humanidade.

Que interesse apresenta o estudo das doutrinas econômicas assim compreendido?

Para o economista, o interesse decorre de várias razões. A doutrina influencia a organização e a evolução das sociedades: conhecê-la permite interpretar essa organização e evolução; a doutrina atua sobre a elaboração da ciência econômica que estimula e facilita; enfim, o conhecimento das doutrinas contribui para a formação e o desenvolvimento do espírito crítico.

A doutrina atua sobre a organização e a evolução das sociedades: a história não se faz sozinha e resulta também das idéias dominantes. Do fim do século XV até meados do século XVIII, por exemplo, o mundo ocidental — compreendidas as colônias americanas — se organizou em função do “princípio metalista” da doutrina mercantilista. Atualmente, as nações socialistas coletivistas se organizam em função das idéias da doutrina de Karl Marx. Influência evidente das idéias apenas lembrada no momento, pois a encontraremos a cada passo no decorrer deste curso.

Além de atuar sobre a criação e a evolução das sociedades, a doutrina interessa-nos como fator explicativo, como um meio para explicar a organização e as transformações de uma sociedade: impossível interpretar os três séculos do mercantilismo, conhecer e compreender as razões da organização econômica dos Estados, as po-

líticas nacionais, a evolução econômica dessa época, sem o conhecimento exato da doutrina que os orientou. Do mesmo modo hoje, a economia soviética e a das outras nações comunistas, escapariam a qualquer interpretação de conjunto, quanto à forma, ao funcionamento e às transformações, sem o conhecimento da doutrina que presidiu a criação e preside sua evolução.

A doutrina permite ligar os elementos diversos da atividade econômica e social de uma época: possibilita ver e compreender a unidade da vida social e a íntima dependência de seus elementos. É um dos fios condutores permitindo distinguir as ligações necessárias entre a multiplicidade das contingências, permitindo pôr em relêvo o verdadeiro sentido da evolução que não raro, nos escapa, na diversidade dos curtos períodos de adaptação. Habilita-nos, assim, ver com mais clareza as experiências do passado e do presente. Dêsse modo é também de grande utilidade para o pesquisador que, no plano da ciência, se esforça por apreender as continuidades, as regularidades e as permanências. Nesse sentido a doutrina facilita o estudo da teoria e a elaboração da ciência, estabelecendo um nexo entre os fatos isolados — tão numerosos no campo da economia — e os princípios que os informam; ressaltando o principal e afastando o secundário, representa um instrumento de síntese, e, por conseguinte, um fator de clareza. Essa, a contínua e benéfica ação exercida pela doutrina sobre a ciência (1).

E contribuindo para pôr em relêvo a verdade, permite desenvolver o sentido do relativo e o espírito crítico, uma das razões principais do valor formativo do estudo das doutrinas pois obriga o economista, que muitas vezes raciocina de um modo abstrato ou em função de problemas da sua atualidade, a tomar contacto com a variedade dos sistemas, a se penetrar do sentido da contínua evolução e dos sucessivos e reais encadeamentos, e a considerar a multiplicidade dos motivos das ações humanas, não deixando olvidar que a história e a ciência econômicas não começaram em 1930 com Keynes.

O estudo da doutrina desenvolve o espírito crítico pelo sentido do relativo. Previne as afirmações dogmáticas, reforça o hábito

(1). — Haverá necessidade de falar sobre a ação da ciência sobre a doutrina, ação que tem por fim consolidar e depurar a doutrina? De fato uma doutrina deve basear uma parte de seus argumentos sobre os princípios da teoria econômica, quando mais não seja, para explicar e justificar o funcionamento da organização prevista. A solidez desses princípios é a garantia da solidez do edifício doutrinário. A doutrina de Karl Marx, por exemplo, foi estabelecida com base nos princípios teóricos da ciência clássica inglesa. Ora, quando certos aspectos dessa ciência clássica foram modificados pelas novas escolas econômicas, os sucessores de Marx incorporaram esses novos dados mais exatos à doutrina, para sua maior solidez. Foi o que em particular se fez na adaptação da teoria marxista da "mais valia" à contribuição das escolas hedonistas do último quartel do século XIX.

de sempre controlar as “verdades adquiridas” e não eliminar, sem maior exame, o que tenha sido qualificado de errado; torna possível uma atitude aberta, pronta a acolher objetiva e imparcialmente novas experiências econômicas, quaisquer que elas sejam; ensina que nenhuma é totalmente original mas herdeira a qualquer título desses múltiplos desenvolvimentos que a precederam e ensina, também, que nenhuma pode ser definitiva pois fazer parar a evolução escapa ao poder do homem.

Se insisto sobre a utilidade do estudo das doutrinas para o economista não quer dizer que só a êle seja útil. E’ fácil deduzir sua utilidade para todos, como elemento de cultura geral e, para vós, historiadores, também como complemento de um conhecimento histórico bem compreendido.

A doutrina econômica revela-se um precioso fator para a reconstrução de uma época. Um exemplo: a segunda metade do século XVIII, fértil em acontecimentos políticos, não poderia ser interpretada com exatidão sem o auxílio da doutrina fisiocrática. Nesta refletem-se as grandes idéias dominantes desde o início do século agrupadas nessa magnífica exaltação da liberdade, exaltação que só pode ser bem compreendida como reação aos três séculos de intervencionismo mercantilista. Encontramos na fisiocracia essa reação liberal com caráter racionalista — prova-o a criação da ciência econômica — com caráter otimista — o *laissez-faire, laissez-passez* — e que dentro do individualismo doutrinário que se afirma vai pontificar a harmonia dos interesses. Reação liberal que transportada para o plano econômico-doutrinário constituiu a grande esperança da época, marcou e deu sentido aos acontecimentos decisivos desse fim de século e de regime, força atuante que se prolongará, exprimindo-se mais vivamente na política do liberalismo econômico do século XIX.

E o que é verdade para a compreensão de uma época também o é para a inteligência de algumas dessas grandes obras que iluminam as civilizações. O conhecimento das idéias econômicas de um Aristóteles ou de um Platão na Antigüidade, de certos teólogos da Idade Média e já mais próximos de nós, de um David Hume, de um Adam Smith ou de um Stuart-Mill, é imprescindível à perfeita compreensão de suas filosofias.

Concluamos: a doutrina econômica é conhecimento indispensável à formação, à cultura e às pesquisas científicas do especialista, quer do economista, quer do historiador. E’ para todos um conhecimento necessário à exata interpretação do passado e do presente. A doutrina econômica, parte integrante do pensamento, das idéias e da intelectualidade de uma época, e elemento eficaz,

sempre ativo, algumas vèzes decisivo, da organização e da evolução das sociedades, se situa na linha divisória dos problemas do espirito e dos fatos e porque largamente assentada nesses dois domínios permite perceber a síntese.

Dessas considerações sôbre o que é uma doutrina econômica, sôbre a utilidade e o interêsse do seu conhecimento resulta que o seu estudo não pode ser realizado isoladamente, isto é, não pode ser separado das idéias e dos fatos que são não só seus elementos constitutivos como também objeto de sua influência. Cortá-lo das suas raízes e de seus frutos, não poderia senão dessecá-la ou deformá-la.

E é evidente que a história das doutrinas não pode ser separada da *história econômica*. Constitui esta o próprio meio de evolução e de ação das doutrinas e contém os elementos indispensáveis à sua compreensão. Insistiremos, pois, sempre que necessário, sôbre a história econômica, o que se impõe aliás neste curso porque ela é indispensável tanto à história geral como à história das doutrinas econômicas.

Isso me leva a definir o objeto da história econômica, a indicar a sua utilidade para o economista e para o historiador, e enfim, fornecer algumas precisões sôbre os caracteres e o método dessa disciplina.

Seu objeto é o estudo dos aspectos econômicos das sociedades do passado. Êsses aspectos se manifestam essencialmente pela maneira segundo a qual os homens, através dos séculos, organizam os seus esforços para utilizar o melhor possível os bens e serviços econômicos na satisfação de suas necessidades.

Êstes aspectos econômicos constituem essa luta, de atos tão diversos, que a humanidade sustenta progressivamente, contra a raridade dos fatores de produção, raridade em relação às múltiplas necessidades a satisfazer. E essa luta se desenvolve num meio físico e demográfico e em um quadro institucional, social e político. A arma à disposição do homem é a técnica da produção, técnica que aperfeiçoa incessantemente a fim de aumentar a produtividade de seu trabalho.

Os caracteres preponderantes da atividade econômica de uma sociedade em um momento dado, definem um *sistema econômico*. Definem o *espirito*, ou seja, os móveis determinantes da atividade econômica; definem a *técnica*, ou seja, os meios utilizados pelos homens para produzir; definem o *quadro*, isto é, a organização social, jurídica e institucional na qual se desenvolve a atividade econômica individual, grupal e pública. Notemos porém que as

atividades grupais e públicas não são simplesmente a resultante das atividades individuais componentes: têm um caráter orgânico que ultrapassa e transforma os componentes individuais.

O espírito, a técnica e os quadros caracterizam e definem sistemas econômicos: sistema de economia fechada, de economia artesanal, sistema de economia capitalista liberal, de economia capitalista intervencionista e de economia coletivista.

A passagem de um sistema a outro se faz através de transformações dentro do sistema e no quadro mais geral das modificações das estruturas econômicas, cujas características precisaremos em aulas ulteriores.

A organização dessa atividade econômica em dado momento da história, as transformações dessa atividade no tempo, as suas consequências sociais e políticas, eis o que constitui o objeto da história econômica.

E' fácil agora ressaltar a utilidade da história econômica para o economista. Fornece-lhe o material de que necessita para reconstituir a atividade econômica de uma sociedade ou de determinada época, o que vai permitir o conhecimento, a análise e a explicação dessa atividade. Ao mesmo tempo que a história econômica dá ao economista uma visão de conjunto daquela atividade, mostra-lhe, pelo conhecimento das evoluções, o sentido profundo das instituições e dos instrumentos econômicos (regimes da propriedade, organização do trabalho, moeda, etc.). Além disso é útil para a elaboração de uma escala de valores entre os próprios fatos, problema importante em razão da multiplicidade e complexidade desses fatos.

Os fatos econômicos sempre foram utilizados: Platão serviu-se amplamente, na análise de certos aspectos da economia de sua época, principalmente para a divisão do trabalho e a moeda. Mais tarde, no século XVIII os primeiros "economistas", apesar do propósito de utilizar a abstração para edificar a ciência nova, não puderam dispensá-los. No século XIX os economistas das escolas históricas alemãs, abrindo o caminho a Marx, insistiram para que fôsse dada uma importância muito maior aos fatos econômicos do passado, não somente para ampliar a observação e melhorar a explicação, mas também para integrar o método histórico na metodologia econômica, tornando possível assim a penetração profunda dêsse sentido de relativismo e de concreto sem o qual a abstração riscaria ser, apenas, um jôgo de espírito.

Hoje em dia, a história econômica não é apenas útil ao economista, ela tornou-se *indispensável*, em virtude do tipo de pesquisas que o progresso atual da ciência econômica exige.

De fato, a grande tarefa da economia moderna é a elaboração da *dinâmica econômica*, chave dos problemas fundamentais do crescimento econômico. A dinâmica econômica é o estudo dos fenômenos econômicos, no tempo, isto é, o estudo desses fenômenos em relação a seus antecedentes e seus conseqüentes. A estática econômica, ou seja, a análise, em determinado período de tempo, das relações existentes entre os fenômenos econômicos, embora útil à teoria econômica, possui valor explicativo limitado, porque eliminado o fator tempo da atividade econômica, não é mais capaz de apreender o que há de fundamental no humano.

A dinâmica econômica é uma análise difícil mas que necessita ser realizada se se pretende ter uma visão exata da atividade econômica, evolutiva por natureza, e se deseja poder oferecer indicações mais completas e eficientes às políticas econômicas.

No estudo da dinâmica duas tendências se afirmam, e ambas, em graus diversos, necessitam da história econômica. Uma visa a elaboração de uma dinâmica "parcial", na qual se estabelece uma separação distinta entre as variáveis e os dados econômicos. As variáveis representam os elementos das estruturas propriamente econômicas, tais como os preços, os custos, os rendimentos, a moeda, etc. A interpretação dessas variáveis, o exame das proporções de suas grandezas, o estudo das suas interrelações, são do domínio exclusivo do economista e constituem os únicos elementos suscetíveis de proporcionar uma explicação teórica. Os dados econômicos, tais como os aspectos principais do progresso técnico, os elementos demográficos de uma sociedade, as características das suas instituições jurídicas e sociais, etc., são considerados em dinâmica parcial como fatos cujas causas não compete ao economista investigar e que, para facilidade de análise, éle considera como constantes.

Uma outra tendência, visando a elaboração de uma dinâmica "global" é hoje objeto de estudo de numerosos economistas notadamente franceses e anglo-saxões (F. Perroux, Clémens, A. Marchal, Guitton, Domar, etc.). A dinâmica parcial lhes parece artificial porque excessivamente abstrata, constrói um mundo econômico fechado sem correspondência com a realidade. Parece-lhes indispensável terminar com a distinção anteriormente indicada, para se levar em conta, na análise, tanto os dados quanto as variáveis. Ambos são imprescindíveis à compreensão da evolução econômica e à elaboração de uma teoria dinâmica completa. A diferença essencial entre dados e variáveis não seria de natureza, mas de rapidez na evolução: os dados nada mais são que variáveis cuja evolução é lenta. E o economista para elaborar sua teoria deve então estudar uns e outros.

Assim as variáveis estruturais dos fenômenos econômicos constituem os elementos essenciais à análise econômica e é evidente que sua análise cabe tão somente e inteiramente ao economista. Este entretanto deve estudar também os dados, quer dizer, as estruturas das atividades econômicas — estrutura técnica, estrutura político-jurídica, estrutura psicológica e social, estrutura demográfica, etc. Neste caso, o estudo não se acha localizado apenas no campo econômico, pertence a diversas ciências e necessita da contribuição de conhecimentos extra-econômicos, tais como a história econômica, a política, a sociologia, etc.

Por esse simples esboço da posição da dinâmica em ciência econômica, vê-se que a história econômica fornece os elementos da análise e da metodologia sem os quais a pesquisa não poderia, atualmente, progredir. A história econômica interessa evidentemente ao teórico de dinâmica global, mas interessa também ao especialista de dinâmica parcial, pois se para esse os “dados” são elementos exteriores à análise nem por isso dispensam uma determinação clara, uma vez que suas alterações vão repercutir sobre as variáveis. Se é fato que as causas destas alterações com repercussão sobre a economia, podem frequentemente ser deixadas de lado, na prática os resultados dessas modificações devem ser postos em evidência. E isso só a história econômica permite fazer.

\*

Cada vez mais útil ao economista a história econômica é também necessária ao *historiador*.

A “grande história”, a “história geral” tal como é concebida por um Henri Pirenne, um Marc Bloch ou um Lucien Febvre, pode pelo seu objeto ser definida como a progressão ordenada do tríplice conhecimento “das Economias, das Sociedades e das Civilizações”.

Não se trata mais de reconstituir as sociedades do passado servindo-se tão somente dos acontecimentos políticos, militares, diplomáticos, constitucionais ou dinásticos. Essa história que nos ensinaram, e que de pouco nos serviu, está morta. A história geral “repensada”, enriquecida e vivificada, pretende restituir vida ao passado, acrescentando aos elementos por muito tempo considerados quase que únicos da história, elementos novos pertencentes a outros campos principalmente ao sociológico, psicológico e econômico.

O fato econômico e o papel representado pelas instituições e pelos fenômenos econômicos passaram, desde então, a fazer parte integrante da explicação histórica. Essa inclusão da atividade econômica assegura continuidade à história, pois contrariamente ao que

acontece com outros elementos, periódicos sempre, os atos de produção e de consumo, repetem-se diariamente. Formam a mais contínua e mais sólida trama da história e suas constantes alterações constituem uma das causas mais decisivas da evolução das civilizações.

\*

A preocupação com o econômico é um movimento recente na história.

E' sabido que a história oficial do século XIX — a de um Augustin Thierry, de um Thiers ou de um Michelet, para não mencionar senão franceses — ignorava sistematicamente o valor dos fenômenos econômicos, como elementos explicativos.

Sem dúvida Karl Marx constituiu uma exceção. Todavia o século XX, em seus primórdios, em virtude, talvez, de ser a interpretação marxista da história exclusiva e abusivamente econômica, ou, talvez, por levar a conclusões sociais distanciadas em demasia dos resultados proporcionados pela organização econômica da época, manteve uma atitude de reserva ou mesmo de desconfiança em relação à utilização do fato econômico para a interpretação histórica. Este só passará a constituir um importante elemento a integrar na história geral — tal como hoje é concebida — a partir dos trabalhos dos especialistas em história antiga (Mommsen, Glotz, Fustel de Coulanges), e, mais tarde a partir dos trabalhos sobre a Idade Média (de Marc Bloch, de Postam, de John Clapham, fundador da primeira cadeira de História Econômica de Cambridge) e de trabalhos sobre a Renascença (Tawley). Apenas recentemente passou a ocupar um lugar de destaque na história moderna e contemporânea tornando-se um precioso instrumento de explicação em estudos históricos atuais (de Dopsch, fundador de um centro de estudos de história econômica na Universidade de Viena; de Max Weber, de Knapp, na Alemanha; de John Nef, fundador da escola de Chicago e juntamente com Hamilton, de uma sociedade da história econômica; na Inglaterra: de Cunningham, de Marshall, em Cambridge; de Georges Unwin, em Manchester). Cadeiras de história econômica são criadas: a de Manchester em 1910, a de Cambridge, em 1928 e a de Oxford em 1931. Em 1927 aparece a *Economic History Review*, editada por Lipson e Tauney. Na França: citamos os trabalhos de François Simiand, Pirenne e o notável esforço dos *Annales* com Marc Bloch, Lucien Febvre e Braudel.

\*

Útil tanto à Economia Política quanto à História, não constitui a história econômica uma disciplina apenas econômica ou apenas histórica. Os conhecimentos que pressupõe, aliás relativamente fáceis, os métodos que adota — cuja elaboração é um pouco mais penosa — toma-os de empréstimo a essas duas ciências. E participa também do espírito de ambas.

Hesito, entretanto, em dizer que “realiza uma síntese”, pois, isto seria exigir a um tempo, ou em demasia ou muito pouco dos seus especialistas.

Em demasia porque implicaria perfeito conhecimento do campo das duas ciências, cuja complexidade cada vez maior, obriga os economistas e os próprios historiadores a um esforço de especialização crescente.

Por outro lado, seria muito pouco exigir, de um especialista em história econômica, a realização dessa síntese: Stuart Mill já dizia com razão, que bem medíocre seria o economista que não passasse de um economista. Penso, sem expor-me à censura de meus colegas historiadores que o mesmo se poderia dizer do historiador.

A história exige uma síntese de conhecimentos mais variados. A mesma coisa para a economia.

Isos significa que ser historiador, ou economista, implica antes do mais ser indivíduo de cultura geral, e por isso mesmo apto a pensar com clareza, mesmo fora de sua especialidade, capaz de não atribuir a esta última senão o valor de uma base sólida bem conhecida, bem apreendida e dominada com cujo apêio poderá ir “mais longe”, compreender “outra coisa”, assimilar “bem e rapidamente”, estabelecer conexões entre as partes e o todo, com consciência do valor exato dos problemas a resolver.

A dificuldade decorre de que o traço característico da história econômica é ser disciplina de contornos amplos devendo “compreender” a história — impossível de ser explicada senão através do político, do sociológico, do psicológico, do geográfico, do econômico e do filosófico — e devendo também compreender a economia que integra por sua vez elementos explicativos de diversa natureza.

Então, qual o sentido exato dessa expressão: história econômica, ciência de “síntese” — conforme tanto nos apraz classificá-la? Por definição, toda ciência não é sintética? E as duas ciências de cujas noções se apropria, não são, por sua vez, síntese de sínteses?

A expressão parece um pouco inócua. O que há de verdade é a impossibilidade de um historiador da economia ser apenas *historiador*. Bem colocado como sem dúvida está, para a observação dos fatos econômicos, já se sentirá menos à vontade para a sua

interpretação e sobretudo para compreender as relações entre êles existentes, as quais lhes escapam em muitos casos. E é exatamente da influência que os fatos econômicos exercem uns sôbre os outros que decorre o verdadeiro sentido duma parte importante da evolução das sociedades.

Por outro lado, o historiador da economia não poderá também ser apenas *economista*. Neste caso as dificuldades são as opostas, isto é, dificuldades de observação, de seleção, de apreciação. As transformações rápidas operadas quanto ao objeto ou fundamento da ciência econômica, a partir de fins do século XVIII, não só o forçariam a freqüentes ajustamentos do ponto de vista da ótica pouco compatíveis com a boa interpretação da continuidade histórica, mas ainda o levariam a concentrar a sua atenção no atual, avantajando-se no absoluto em detrimento do relativo.

Séria cultura geral, conhecimento sólido dos problemas essenciais da história e da economia, esta a bagagem imprescindível a um especialista de história da economia.

E se realmente desejar êle participar do *espírito* das duas ciências, necessita ainda de mais: deverá penetrar o sentido dos problemas a estudar e conhecer bem a *metodologia* apropriada. O que só é possível quando tiver assimilado perfeitamente a natureza do objeto de cada uma dessas ciências. O método de uma ciência constitui a sua própria essência e depende, portanto, da natureza do seu objeto: é feito "sob medida" para cada uma, integra-se no todo de que faz parte e não pode ser transposto de uma a outra sem risco para ambas.

Êsse o ponto nevrálgico da questão e que maiores dificuldades apresenta: o conhecimento dos métodos de que se utilizam o historiador e o economista, a fim de poder manejá-los à vontade e com segurança. Por meio dêles, ficar em condições de compreender os problemas históricos e econômicos e interpretar com exatidão as suas complexas relações. E dêles se apropriando e fazendo-os seus, construir a própria obra.

O método da história econômica é mais experimental que dedutivo, pois deve possibilitar a reconstrução do conjunto dos fatos que lhe são fornecidos, submetendo-os, em seguida, a uma nova análise a fim de reagrupá-los em séries de natureza idêntica.

Eis o essencial no novo campo da história econômica: é nesse sentido que exige especialistas com métodos próprios de trabalho, e com direito de, através da exata explicação da interdependência histórico-econômica, afirmar a sua própria autonomia. *Autonomia* que não significa, no entanto, independência o que, aliás, ciência al-

guma deve pretender; por sua própria natureza ciência significa colaboração, reunião, convergência, cooperação de esforços no sentido de prestar o máximo auxílio ao progresso da inteligência humana: objetivo que só se consegue através da *unidade* das diversas ciências.

E não creio — a despeito das afirmações em contrário — que a tarefa do especialista de história econômica seja mais árdua que a de outro qualquer. Tenho-a pelo menos como uma das mais apaixonantes.

Com efeito, a tarefa é facilitada, em primeiro lugar, por essa dúplice evolução a que me referi, no sentido do estabelecimento de uma relação cada vez mais íntima, entre os dois campos de estudo *histórico* e *econômico*.

A *história* amplia e completa seus conhecimentos neles integrando o “fato” econômico bem compreendido; enriquece com isso as suas observações e através da união do contingente com o acidental e do individual com o social, dá mais precisão às suas explicações.

Por outro lado, a *economia* reintroduzindo o transcurso do tempo na sua análise dinâmica, estuda estruturas e mecanismos, não mais apenas no seu funcionamento mas também na sua evolução. Assim é levada a considerar, cada vez mais, as causas e as conseqüências, tanto econômicas quanto extra-econômicas. Para conhecê-las dirige-se o economista pelo menos em parte, à história.

As barreiras existentes entre a história e a economia reduziram-se ante a necessidade de interpretar melhor os problemas respectivos. O que une tornou-se mais visível do que o que separa; a divisão estéril cedeu lugar à unidade fecunda. A história econômica encontra-se assim ante uma tarefa facilitada, uma vez que se defronta com um campo de estudos que as duas ciências — fontes principais de sua inspiração — sentiram ser imprescindível tornar comum, fertilizando-o com a compreensão mais justa da sua interdependência.

Sua tarefa foi ainda facilitada porque ao se reduzirem essas barreiras estabeleceu-se um contacto mais íntimo entre estas duas disciplinas que, aliás, pertencem à mesma família, à família das ciências humanas. História e economia são ambas ciências do homem, ciências sociais. Sejam quais forem as particularidades de cada uma quanto à natureza e ao método, ambas visam o *mesmo objetivo* e, por isso, o seu espírito se assemelha. O que buscam ambas é compreender o homem — quer dizer, o indivíduo, os grupos, a sociedade, o Estado — e compreendê-lo na sua totalidade, natureza e verdade.

E por que êste esforço? E' que, através de um conhecimento mais exato do homem, de um conhecimento mais preciso de seus problemas e da maneira pela qual êle procura resolvê-los, pretende-se facilitar — hoje e amanhã — a sua ação, tornando-a mais enérgica, mais eficaz, em última análise, possibilitando melhor solução para seus problemas.

Assim a história econômica não só presta a sua colaboração à compreensão do problema do "sentido da história" — angustiante problema que tanto se impõe à reflexão do filósofo, quanto a todos preocupa — mas também auxilia o desenvolvimento das ciências sociais, cujo progresso atual corresponde, por parte do homem, a uma "tomada de consciência" de seus destinos que imprimem à nossa civilização um cunho trágico e magnífico.

Essa tomada de consciência não pode ser separada da vontade de atuar sôbre a condição humana para melhorá-la, aumentar o bem-estar, sobretudo diminuir a miséria, essa miséria que ainda hoje constitui a sorte mais comum da maioria, essa miséria que Peguy bem chamou do próprio inferno na terra e que Aristóteles considerava inconciliável com a vida "justa".

\*

Eis porque vos convido, estudantes historiadores, a dedicar a melhor atenção a êste curso de História das Doutrinas Econômicas.

Espero e desejo que êsse ensino, largamente compreendido, utilizando da ciência e da história econômicas os elementos explicativos de que necessita, possa, através do conhecimento das grandes doutrinas, aumentar vosso interêsse e despertar em vós o amor — sem o qual o espírito nada vale — por uma disciplina não só necessária a vossos estudos especializados mas profundamente humana.

**PAUL HUGON**

Professor de Economia Política e História das Doutrinas  
Econômicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da  
Universidade de São Paulo.